

# COMISSÃO DE ASSUNTOS METROPOLITANOS E MUNICIPAIS

**3ª Reunião Ordinária 12 de Agosto de 2014 às 14:00 horas no Plenário Tiradentes.**

**Presidente: Deputado Roberto Morais**

<b>Item</b>	<b>Proposição</b>	<b>Autor</b>	<b>OBJETO</b>	<b>Relator</b>	<b>Voto</b>	<b>Vista</b>
1	Projeto de lei 173/2013	Deputado José Bittencourt	Declara o Município de Diadema "Cidade Sustentável".	Deputado João Caraméz	contrário	
2	Projeto de lei 185/2014	Deputado Reinaldo Alguz	Declara Santo Anastácio "Capital do Bordado Artesanal do Oeste Paulista".	Deputado Beto Tricoli	favorável	

Para deliberação:

Item 3 - Requerimento de autoria da Deputada Telma de Souza, de que esta Comissão realize audiência para debater a construção do túnel submerso entre Santos e Guarujá, anunciada em 2013 pelo Governo do Estado. A autora registra ter formulado requerimentos com o mesmo objetivo às Comissões de Infraestrutura e de Transportes e Comunicações, podendo o debate ser realizado de forma conjunta. (Vistas concedidas: Deps. João Caraméz, Celso Giglio, Beto Tricoli, Carlos Neder e Ulysses Tassinari)

Item 4 - Requerimento de autoria do Deputado Carlos Neder, de que esta Comissão realize audiência pública sobre o tema "Critérios para a instalação de unidades prisionais e centros de detenção provisória no Estado de São Paulo". Propõe sejam convidadas para participar do evento as seguintes autoridades: o Secretário de Administração Penitenciária, o Secretário da Segurança Pública, a Secretária da Justiça e da Defesa da Cidadania, e o Secretário da Casa Civil. (Vistas concedidas: Deps. Beto Tricoli, Carlos Neder e Celso Giglio)

Item 5 - Requerimento de autoria do Deputado Carlos Neder, de que esta Comissão realize audiência pública sobre o tema "Marco legal para emancipação de municípios ou anexação de distritos". Propõe sejam convidadas para participar do evento as seguintes autoridades: o Ministro das Cidades, o Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Regional, e o Secretário da Casa Civil do Estado de São Paulo. (Vistas concedidas: Deps. Beto Tricoli, Carlos Neder e Celso Giglio)

Item 6 - Requerimento de autoria da Deputada Ana Perugini, de que esta Comissão realize audiência pública com o objetivo de debater o tema "A Escassez de Água na Região Metropolitana de Campinas (RMC)". Solicita que, tendo em vista a relevância do tema para a RMC e o interesse da respectiva população, a audiência seja realizada em Campinas. (Vista concedida: Dep. Celso Giglio)

Item 7 - Requerimento de autoria do Deputado José Bittencourt, de que esta Comissão realize audiência pública para discutir a responsabilidade da iluminação pública, que será transferida aos Municípios a partir de dezembro de 2014, conforme determinou a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), através da Resolução Normativa nº 414/2010. (Vista concedida: Dep. Ana Perugini)

Para ciência:

Item 8 - Ofício do Vereador Protássio Ribeiro Nogueira, Presidente da Câmara Municipal de Mogi das Cruzes, encaminhando cópia de moção que apela pela readequação da Lei Estadual nº 3.201/81, alterada pela Lei Estadual nº 8.510/93, que dispõe sobre a parcela pertencente aos Municípios do produto da arrecadação do ICMS, de forma a: (1) incluir como critério para a formação do Índice de Participação dos Municípios, juntamente com o da existência de "áreas inundadas para geração de energia elétrica", já previsto na lei, o da existência de "áreas inundadas no território municipal que se prestam ao abastecimento regional de água"; e (2) contemplar, em acréscimo às unidades de conservação já elencadas na lei, as "Áreas de Proteção aos Mananciais" e as "Áreas de Proteção e Recuperação aos Mananciais", como espaços territoriais especialmente protegidos. (Moção nº 34/2014, aprovada em 10.06.14)

Item 9 - Ofício do Vereador Said Raful Neto, Presidente da Câmara Municipal de Suzano, encaminhando cópia de moção que apela pela readequação da Lei Estadual nº 3.201/81, alterada pela Lei Estadual nº 8.510/93, que dispõe sobre a parcela pertencente aos Municípios do produto da arrecadação do ICMS, de forma a: (1) incluir como critério para a formação do Índice de Participação dos Municípios, juntamente com o da existência de "áreas inundadas para geração de energia elétrica", já previsto na lei, o da existência de "áreas inundadas no território municipal que se prestam ao abastecimento regional de água"; e (2) contemplar, em acréscimo às unidades de conservação já elencadas na lei, as "Áreas de Proteção aos Mananciais" e as "Áreas de Proteção e Recuperação aos Mananciais", como espaços territoriais especialmente protegidos. (Moção nº 69/2014, aprovada em 25.06.14)